

Informe

A MÍDIA E A DECLARAÇÃO DE ATENAS

Por: J.A. Ledesma e Laura Vallejo

Fonte: Disnnet Press, n.º 720 - Bogotá, 16 de junho de 2003

Tradução de Romeu Kazumi Sassak

A mídia deve estabelecer e reforçar seus acordos de colaboração com as organizações que trabalham em prol das pessoas com deficiência, objetivando melhorar a imagem que oferece sobre este segmento e facilitar a plena inclusão delas na sociedade.

Este é o ponto-chave da declaração aprovada no Congresso Europeu sobre Meios de Comunicação e Deficiência, realizado em Atenas (Grécia) nos dias 13 e 14 de junho de 2003 e ao qual compareceram mais de 250 pessoas.

“As pessoas com deficiência são livres e iguais em dignidade e direitos e formam um grupo diverso. Porém, continuam sendo ‘cidadãos invisíveis’ nas sociedades européias, quase sempre devido à falta de atenção, aos preconceitos e à estigmatização”, assinala a Declaração sobre os Meios de Comunicação e a Deficiência (conhecida como Declaração de Atenas).

A mídia européia decidiu contribuir, dentro do seu campo de atuação, para um novo conceito de deficiência, baseado no reconhecimento de que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos que os outros cidadãos, e reconhece o importante papel que elas podem desempenhar na culminação deste processo, assim como na plasmação da diversidade da sociedade.

A Declaração sobre os Meios de Comunicação e a Deficiência, adotada sob a égide do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência 2003, é o resultado do conceito comum estabelecido na Declaração de Madri, um documento fundamental adotado por unanimidade em março de 2002, no qual constam os princípios gerais e as ações para este ano e os anos posteriores.

Quando se referirem aos problemas das pessoas com deficiência, “os meios de comunicação deverão evitar tratamento condescendente ou ofensivo da informação e concentrar-se nas barreiras que as pessoas com deficiência enfrentam e na contribuição positiva que elas poderão fazer para a sociedade, uma vez eliminadas essas barreiras”.

A IMAGEM

A declaração aprovada em Atenas insiste no papel fundamental dos meios de comunicação no momento de promoverem uma mudança no conceito que a sociedade tem sobre as pessoas com deficiência, as quais totalizam mais de 35 milhões de cidadãos nos países da União Européia.

“A mídia não pretende contribuir, de modo algum, para a difusão de uma má imagem das pessoas com deficiência na sociedade. Quando isto ocorre, é devido à ignorância e aos preconceitos”, reconhece a Declaração.

Todos os participantes do Congresso concordaram com a necessidade de que a deficiência não seja inserida no âmbito da caridade e no aspecto de saúde e sim no âmbito dos direitos humanos.

Segundo os palestrantes, as pessoas com deficiência não deverão aparecer na mídia somente quando tratar-se de problemas relativos à deficiência. A participação de peritos em deficiência nos debates políticos e de outros tipos e a presença de pessoas com deficiência nos anúncios e nos espaços de ficção contribuirão para fomentar uma imagem da deficiência como um elemento a mais da diversidade humana.

“Portanto”, acrescenta o documento, “a mídia pode contribuir para que as pessoas com deficiência façam ouvir a sua voz, proporcionando novas oportunidades, a elas e às organizações que as representam, para expressarem seus pontos de vista e participarem no âmbito público e político”.

AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO

Um outro ponto-chave consiste em que os meios de comunicação deverão desenvolver, em cooperação com as organizações de pessoas com deficiência, ações para a sensibilização de seus profissionais, com o objetivo de evitar os estereótipos e a estigmatização.

Outrossim, o texto solicita que as universidades incluam módulos de formação sobre a sensibilização com respeito ao tema da deficiência nos cursos de Jornalismo e outras titulações do âmbito da mídia.

Além disso, a Declaração de Atenas assinala que os meios de comunicação deverão incrementar o número de profissionais com deficiência em sua força de trabalho e oferecer mais bolsas de estudo para jovens profissionais com deficiência. Com freqüência, isto implicará a eliminação das barreiras físicas, assim como na vontade de realizar adaptações do local de trabalho.

“A mídia deverá incrementar a acessibilidade de todos os seus serviços, desenvolvendo seus suportes e formatos alternativos e fazendo com que suas páginas digitais cumpram as diretrizes para o acesso à internet”, acrescenta a Declaração de Atenas, que faz menção especial a que os defensores dos usuários vigiem a informação que trate da deficiência.

Uma das responsabilidades dos meios de comunicação deveria ser a de aconselhar as organizações de pessoas com deficiência sobre os modos de incrementar a eficácia de suas ações através da mídia.

COMPROMISSOS FUTUROS

A Declaração de Atenas recomenda aos meios de comunicação que elaborem diretrizes internas sobre como tratar os temas relativos à deficiência e se comprometam a ter planos internos de ação preparados até o final de

2003, baseados nos princípios deste documento e adaptados às circunstâncias especiais de cada veículo.

“A mídia e as organizações de pessoas com deficiência se comprometem a promover o estabelecimento de redes nacionais e européias, que trabalhem no âmbito da deficiência e dos meios de comunicação e que cooperem estreitamente com as organizações européias mais representativas das pessoas com deficiência”, ressalta a Declaração de Atenas.